



## PROPOSTA BRASILEIRA PARA REGULAMENTAÇÃO DE CÉLULAS DE CARGA NO MERCOSUL

Durante a última reunião da Comissão de Metrologia do SGT 3, do Mercosul, ocorrida entre 06 e 09 de junho de 2011, em Assunção, Paraguai, foi apresentada a posição brasileira de interrupção dos trabalhos em curso sobre a regulamentação para células de carga (OIML R-60).

Contrários a tal posição, os demais membros da Comissão solicitaram à delegação brasileira que apresentasse justificativa por escrito, conforme apresento a seguir:

Os estudos tomam por referência a Recomendação Internacional R-60 da OIML, que além dos requisitos técnicos e metrológicos também contém os procedimentos de ensaios aplicáveis às células de carga.

O principal motivador da justificativa brasileira é que para a realização dos ensaios previstos na R-60, e que estão sendo considerados na proposta de regulamento, demandam a utilização equipamentos específicos que deveriam ser adquiridos pelo Inmetro, responsável pelo controle metrológico no Brasil, tais como máquinas servo-hidráulicas para ensaios de desempenho e temperatura (com forno acoplado).

De acordo com pesquisas feitas pelo Inmetro, o custo estimado para aquisição dessas máquinas é de aproximadamente US\$ 700.000,00. Também devem ser considerados custos referentes a adaptações estruturais, impostos e taxas de importação e custos de capacitação.

Além disso, após análise interna ficou clara a necessidade de maior avaliação técnica da proposta de regulamento, uma vez que não houve discussões internas sobre o assunto. Também não há definição na comissão sobre a execução do controle metrológico subsequente, o que consideramos fundamental para a viabilidade da regulamentação.

Considerou-se também o fato de que os instrumentos de pesagem não automáticos (IPNA), onde são utilizadas as células de carga objeto do projeto de regulamentação, já são submetidos ao controle legal pelo Estado brasileiro e não há evidências de que ocorram problemas causados pelas células de carga. Com isso haveria um risco de encarecimento dos IPNA sem um ganho comprovado na avaliação do desempenho destes instrumentos.

Conclui-se então que o investimento necessário para a implantação do regulamento sobre células de carga se torna desnecessário no momento uma vez que não irá agregar nenhum valor aos instrumentos de pesagem, que já são controlados.






Outro fator considerado é a demanda por regulamentação técnica metrológica existente no Brasil, que vem consumindo esforços de todo o corpo técnico disponível. Demanda essa referente a instrumentos de pesagem automáticos e não automáticos (revisão) que tem impacto direto na sociedade.

É importante ressaltar que a posição ora apresentada objetiva fortalecer a edição de regulamentos técnicos harmonizados que primem pela eficiência, eficácia, efetividade e excelência na sua aplicação.

Finalizando, reforço a solicitação feita na última reunião, conforme consta em ata, de que as demais delegações se manifestem sobre como pretendem implementar a regulamentação sobre células de carga em seus países.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2011.

Atenciosamente,

  
Marcelo Moraes  
Chefe da Dimel/Dimas  
Coordenador do CT 09